


O APARTHEID DAS ESCOLAS DO BRASIL
THE APARTHEID OF BRAZILIAN SCHOOLS

 <https://doi.org/10.63330/aurumpub.050-043>

Cássio Silva Castanheira

Professor da Escola Estadual Benjamim Guimarães

E-mail: cassio.castanheira@educacao.mg.gov.br

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/4711944705201607>

ORCID: <https://orcid.org/0000.0002.4084-318X>

RESUMO

Neste artigo buscamos pontuar as dificuldades encontradas pelas crianças negras quando entram nas instituições educacionais. A omissão dos professores que não percebem as situações de discriminação em relação aos alunos negros, bem como a inadequação dos livros didáticos que apresenta os negros de forma inferiorizada e agressiva. Tentamos mostrar as primeiras iniciativas denominadas Ações Afirmativas que têm como objetivo ser parte de uma solução para diminuir este racismo institucional.

Palavras-chave: Apartheid; Educação; Racismo.

ABSTRACT

This article aims to highlight the difficulties faced by Black children when entering educational institutions. It examines the omission of teachers who fail to perceive situations of discrimination against Black students, as well as the inadequacy of textbooks that portray Black people in an inferior and aggressive way. We attempt to show the first initiatives known as Affirmative Action, which aim to be part of a solution to reduce this institutional racism.

Keywords: Apartheid; Education; Racism.

1 INTRODUÇÃO

O Brasil, têm uma dívida histórica para saldar com seus próprios cidadãos que é destruir a obra da escravidão. Em 1843 Bernardo Pereira de Vasconcellos declara

“Nossa civilização provém da costa da África, sim, a civilização brasileira da lá veio, porque daquele continente veio o trabalhador robusto, o único que produziu as riquezas que proporcionaram a nosso país recursos para mandar seus filhos estudarem nas academias e universidades da Europa, ali adquirirem os conhecimentos de todos os ramos do saber que impulsionaram e apressaram a Independência e presidiram à organização consagrada na Constituição, fortalecendo a liberdade”. (Alencastro, 1988, p.34)

Mesmo com esta grande contribuição as dificuldades dos negros e afro-descendentes em relação à educação remonta ao Brasil Império. O decreto nº 1331 de 17 de fevereiro de 1854, estabelecia que nas escolas públicas do país não seriam admitidos escravos, e instrução para adultos negros dependiam da disponibilidade de professores. O decreto nº 7031-A de 6 de setembro de 1878 estabelecia que os negros só poderiam estudar no período noturno e diversas estratégias foram montadas no sentido de impedir o acesso pleno dessa população aos bancos escolares. (Matilde Ribeiro, 2004, p.7)

Na Universidade a exclusão foi maior, os poucos negros formados e que discutiram a questão racial, como Guerreiro Ramos, Edson Carneiro e Clovis Moura não conseguiram lecionar em nenhuma das universidades de renome no país. A ausência desses acadêmicos deixou essas instituições com pouca capacidade para refletir a sua própria política racial. (José Jorge de Carvalho, 2002, p.82)

Nas décadas de 1960 e 1970, os militares oficializaram a ideologia da democracia racial e a militância que ousou desafiar esse mito foi acusada de imitadores dos ativistas americanos que lutaram pelos direitos civis. O mito da democracia racial persiste até hoje. (Benilda R. Paiva de Brito, 2004, p.49).

2 O RACISMO NA ESCOLA

Existe um constrangimento em tocar no assunto, mas a experiência mostra que, entre os alunos repetentes, com notas baixas ou problemas de comportamento, o número de negros ou afro-descendentes é muito grande. Isso acontece em função da baixa auto-estima desses estudantes. Durante oito meses a pesquisadora Eliane Cavalleiro observou que, de maneira geral, as crianças brancas e negras não recebem o mesmo tratamento na escola. Muitos professores reservam uma cota maior de contato físico e palavras carinhosas aos alunos brancos. No cotidiano escolar, são muitos profissionais da educação que não percebem os conflitos raciais entre os alunos e também não compreendem em quais momentos ocorrem atitudes e práticas discriminatórias e preconceituosas que impedem a realização de uma educação democrática. (Cavalleiro, 1999)

Segundo uma pesquisa feita por Barbosa (1987), crianças negras são superprotegidas pelos pais que levam a acreditar que não são diferentes de outras crianças. Seus familiares não receberam da geração anterior nenhuma orientação de como enfrentar situações de discriminação: não sabendo como agir, transmitem a seus filhos uma socialização carente de informações. Ao discriminar o seu colega negro, o

aluno branco, na realidade, quer transmitir a ele a mensagem de que ele acredita pertencer a uma raça superior, a branca, que é o estrato dominante da sociedade. (CIAMPA, 1986)

“Lendas, contos da carochinha e mitologias ajudam as crianças a construir sua identidade. Num processo de transferência, os pequenos se colocam no lugar dos heróis e vivenciam as sensações dos personagens”, explica Tarcy de Ánila Figueiredo, professora de Educação Infantil em Brasília. Sentimento de inferioridade e auto-rejeição são conseqüências mais comuns na auto-estima de quem não se reconhece nas histórias contadas na escola. “Todos querem ser aceitos por seu grupo, pela sociedade. Muitos alunos passam a se enxergar como brancos”, explica Ana Célia Silva, professora da U.F.B.A.

As instituições educacionais têm-se mostrado omissas quanto ao dever de reconhecer positivamente a criança negra, no cotidiano escolar, o que converge para o afastamento dela do quadro educacional. Se o acesso à educação representa um direito de todos os cidadãos, é contraditório o espaço escolar não estar preparado para receber crianças negras. (Cavalleiro, Eliane, 1999).

3 A DESIGUALDADE EM NÚMEROS

A diferença de escolaridade repercute, de geração em geração, diretamente na diferença salarial entre brancos e negros”. Os estudos do I.P.E.A mostra que, de todos os fatores que determinam o salário de um trabalhador negro, a educação entra com um peso equivalente a 27% do problema, e nenhum outro dado têm impacto tão alto. O tempo médio de estudo de um jovem branco com 25 anos é de 8,4 anos, enquanto o negro na mesma idade passou apenas 6,1 anos na escola. Considerando que um branco e um negro começaram juntos na 1ª série do ensino fundamental, o branco vai até o 1º ano do ensino médio e o negro abandona a escola na 6ª série do ensino fundamental. Com cada ano de estudo na vida de uma pessoa representa um acréscimo de 16% em sua renda, a defasagem escolar torna-se a primeira barreira para a conquista de uma melhor remuneração.

Em 1995 e 2001 segundo levantamento feito pelo INEP, baseado nos dados do Sistema Nacional de Avaliação da Educação básica (A S E b). A média em Língua Portuguesa para alunos brancos da 4ª série do ensino fundamental era de 193,4, enquanto para os negros 173,8 numa escola de 125 a 425. Em 2001, a média para os brancos da mesma série caiu para 174 e a dos negros desceu para 147,9. A diferença passou de 19 para 26 pontos. Em matemática, a distância entre as médias de brancos e negros, no período de 1995 a 2001, aumentou de 17 para 25 pontos. O Saeb mostrou que o aproveitamento aquém do desejado não se aplica somente aos matriculados em instituições públicas ou que tenham situação econômica desfavorável. O quadro se repete na rede particular de ensino, que mostraram que crianças brancas da 4ª série alcançaram 228 pontos em português; as negras 179. O diretor de avaliação da Educação Básica, Carlos Henrique Araújo, afirma que a queda do rendimento ultrapassa a condição socioeconômica e chega ao preconceito racial.

Dados do relatório de desenvolvimento humano no Brasil, levantados em 1996, mostram que 68,8% dos negros e mulatos são analfabetos contra 15% dos brancos. Enquanto 43% dos brancos com 2º grau completo tem chances de entrar em uma Universidade, somente 18% dos negros em condições semelhantes teriam a mesma perspectiva.

Conforme dados do I.P.E.A, em 1999, a maioria dos jovens negros brasileiros entre 18 e 25 anos não dispunha do direito de acesso ao ensino superior, na medida em que somente 2% deles ingressaram na Universidade.

4 CURRÍCULOS ESCOLARES INADEQUADOS

Uma pesquisa da Fundação Carlos Chagas de Fúlvia Rosemberg, constata que os negros sofrem mais com a inadequação dos currículos escolares e passam invariavelmente um tempo menor na escola. Na opinião de Fúlvia, os livros ignoram o negro como agente ativo da História, e os pais dos estudantes negros estimulam os filhos a desistirem de continuar tentando aprender na escola. Conforme Maria Conceição Fontoura os técnicos da Secretária de Educação encarregados das diretrizes curriculares e os professores não procuram conhecer a realidade e as produções já existentes sobre os africanos e os afro-brasileiros para elaborar as bases curriculares. Para Fontoura esse desconhecimento está relacionado com a ideologia do branqueamento presente na sociedade e na escola, que se baseiam numa cultura oficial, tida como única, e que tem servido para preterir as manifestações culturais dos afro-descendentes. Ao realizar uma pesquisa nos livros didáticos Ana Célia Silva conclui que são omitidos nos livros didáticos a presença da família negra, a figura do pai, da mãe e demais parentes que a constituem e todo o contexto sociocultural dos negros na sociedade. As relações entre negros e brancos são demonstrados de forma discriminatória e agressiva para com os negros.

Discussões acerca das diferenças étnico-raciais estão presentes no contexto atual do Brasil e do mundo, porém acontecem de maneira acanhada, uma vez que os meios tecnológicos, a ciência e a educação são territórios ocupados por uma classe privilegiada economicamente e, sobretudo, pela maioria branca. Em decorrência disso, certos grupos são submetidos à cultura daqueles que estão no controle social e que insistem em considerar a sua cultura como verdadeira em detrimento de outros. Os currículos das escolas encontram-se no cerne desse debate, uma vez que não levam em consideração as diferenças étnico-raciais e não ressaltam a correlação de poder existente nessas práticas pedagógicas sempre “bem intencionadas”, no que diz respeito à homogeneização das culturas. As questões relativas a isso veiculam valores, crenças e ritos próprios de uma determinada classe; valores muitas vezes impregnados de preconceitos e estigmas com relação ao negro na sociedade. (Baía, Wilma 1989)

5 AÇÕES AFIRMATIVAS

O Mec incorporou a temática negra na grade curricular. Em 9 de janeiro de 2003 foi publicada a lei 10639, que inclui no currículo oficial da Rede de Ensino Médio a obrigatoriedade da temática História e cultura Afro-brasileira.

Desde 1999 a UNEB (Universidade Estadual da Bahia), introduziu o quesito cor no formulário de inscrição do vestibular e, em 2003 implementou cotas étnicas de 40% para alunos negros vindos de escolas públicas. Cerca de 1500 jovens negros entraram na UNEB, este ano pelo sistema cotas. (Gomes, Nilma. 2003). Outra instituição que adotou as cotas foi a UERJ (Universidade do Estado do Rio de Janeiro), por força de leis aprovadas pela Assembléia Legislativa fluminense. No vestibular de 2003 reservou-se 40% das vagas para candidatos negros. (Franca, Ronaldo 2003). Depois de três anos de debate a UNB (Universidade de Brasília) adotou em seu vestibular uma cota de 20% para estudantes negros. Para melhorar o sistema de ingresso, a UNB criou uma comissão que, com base em fotografias faz uma triagem entre os candidatos para beneficiar somente os negros. (Soares, Lucila, 2004)

Em 21 de março de 2003 foi criada a S.E.P.P.I.R. (Secretária Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial) que têm como objetivo a implementação de políticas públicas nas áreas do trabalho; emprego e renda; cultura e comunicação; educação; saúde; terras de quilombos; mulheres negras; juventude; segurança e relações internacionais. A SEPPIR é uma referência importante, e um órgão de assessoramento direto e imediato de Presidente da República na coordenação de políticas para a promoção da igualdade racial.

Em maio de 2004 foi aprovada a lei nº 10639, que torna obrigatório o ensino da história da África e da cultura afro-brasileira em todas as escolas de Ensino Fundamental e Médio. Os Parâmetros Curriculares Nacionais (P.C.N), orientam a promoção da igualdade em um dos temas transversais, que é a Pluralidade Cultural. (Cavalleiro, Eliane, 2004)

Alguns órgãos públicos anunciaram recentemente a reserva de vagas para negros. Também está sendo criada uma lei que estabelece a cota mínima de 25% para atores negros em programas de televisão. Os avanços amenizam o problema, mas não escondem o fato de que existe enorme desigualdade racial no Brasil. Ainda falta muito para que as salas das Universidades, os cargos de chefia e os postos públicos mais cobiçados sejam preenchidos de forma equilibrada entre brancos e negros. (Mendonça, Ricardo, 2002)

6 CONCLUSÃO

O povo negro é discriminado em todos os cantos do planeta onde os brancos são maioria. Nas escolas do Brasil não é diferente, a discriminação acontece de diversas maneiras, e o silêncio é uma constante nas relações raciais. O trabalho de educação anti-racista deve começar cedo. A criança negra precisa se ver como negra, aprender a respeitar a imagem que têm de si e ter modelos que confirmem essa

expectativa. Por isso, deve ser cuidadosa a seleção de livros didáticos e de literatura que tenham heróis e heroínas negros. A criança negra precisa compreender os elementos positivos da diversidade étnica, e que as diferenças entre as pessoas é que tornam o mundo interessante. É muito importante que as pessoas conversem abertamente sobre o racismo, democratizando a questão. Principalmente educadores com seus alunos e os pais com seus filhos. Evitar o assunto é participar consciente ou inconscientemente, da conspiração do silêncio que acoberta a mentira da “democracia racial” brasileira.

É preciso levar em conta que quando se fala em educação se está falando de futuro. trabalho e salário. A diferença de escolaridade repercute diretamente na diferença salarial entre brancos e negros. A discriminação afeta a auto-estima, que reflete no aprendizado e é uma das causas da evasão escolar. O ponto mais polêmico das ações afirmativas está justamente nas cotas em vestibulares. Os críticos acham que deveriam melhorar o ensino médio e fundamental gratuito, essa estratégia pode funcionar, mas talvez demore. Estudos mostram que para as escolas públicas se tornarem tão boas quanto as escolas particulares, seriam preciso mais de 30 anos para resolver as desigualdades entre negros e brancos. Também cria o estigma de que os alunos não-brancos são menos qualificados, o que leva muitos universitários negros a se posicionarem contra as cotas.

As ações afirmativas são apenas parte da solução. É preciso também punir as manifestações de racismo, principalmente quando ocorre dentro das escolas.

Também é importante incluir o negro em propagandas, livros didáticos e manifestações artísticas. Se estas medidas derem certo e pudermos ver pessoas de várias origens e cores em todos os espaços sociais do país, então poderemos dizer que vivemos uma democracia racial e, quem sabe, esquecer definitivamente que raças humanas existem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

SILVA, Consuelo Dores. **Negro qual é o seu nome**. Belo Horizonte – MG: Maza edições , 1995.122 pag.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. **O racismo na história do Brasil**. São Paulo – SP: Ática, 6ª edição. 1998, 64 pag.

FONTOURA, Maria Conceição. **A exclusão da cultura afro-brasileira dos currículos escolares**: uma questão só de desconhecimento histórico? Porto Alegre 1987. Dissertação (Mestrado na Faculdade de Educação) Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

SILVA, Ana Célia. **Estereotipo e preconceito racial no livro de Comunicação e expressão de 1º Grau Nível I**. Salvador, 1987. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Federal da Bahia.

BAIA, Wilma. Belo horizonte – MG v.7 n° 38 páginas. 67 à 73.

PACELLI, Márcio. O apartheid daqui. **Revista veja**, São Paulo, Sp ano 34 n° 11 página 104, 2001.

MENDONÇA, Ricardo. Onde estão os negros? **Revista Veja**, São Paulo ano 35 nº 48 página 56 a 57, 2002.

VIKTOR, Mariana. O racismo começa na infância. **Educação**, São Paulo ano 25 nº 206, 1998.

GOMES, Nilma Lino. Cotas étnicas e democratização da Universidade Pública. **Presença Pedagógica**, Belo Horizonte – MG, v.9 nº 53 páginas 55 a 61, 2003.

CAVALLEIRO, Eliane, O silêncio vai acabar. **Revista Nova Escola**, São Paulo, SP ano XIV, nº 120, página 11 a17, 1999.

CAVALLEIRO, Eliane. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar**: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil. São Paulo, 1996.

BARBOSA, Irene Maria Ferreira. **Socialização e Identidade racial**. Cadernos de pesquisa. São Paulo, nº 63 p. 54-55 nov. 1987.

CIAMPA, Antônio da Costa. **A estória do Severino e a história da Severina**, um ensaio de psicologia social. São Paulo: Brasiliense, 1990.

BENCINI, Roberta. Por que os heróis nunca são negros? **Revista Nova Escola**, São Paulo, SP ano XVII nº 157 página 40 a 42. 2002.

CAVALLEIRO, Eliane et al. **Os negros e a escola brasileira**. Florianópolis (SC). NEN (Série Pensamento negro em educação), 1999.

FRANCA, Ronaldo. Não deu Certo. Sistema de cotas para negros, pardos e alunos de escolas públicas desmoraliza o vestibular da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. **Revista Veja**, São Paulo, SP ano 36 nº 8 páginas 70 e 71. 2003.

SOARES, Lucila. Retrato em Preto-e-Branco, Cota para negro põe fogo na discussão sobre o acesso ao ensino superior. **Revista Veja**. São Paulo, SP páginas 75 e 76. 2004.